

Entrevista Carlos Alfredo Lazary - "Vemos a Amazônia em tempo real"

»Entrevista | CARLOS ALFREDO LAZARY | DIRETOR EXECUTIVO DA OTC

Para embaixador, reunião dos dias 8 e 9 de agosto confirmará a capacidade, pelos países que têm parcelas da floresta em seus territórios, de preservar a região. Ele destaca a atuação do presidente Lula na reativação do papel político da entidade

“Brasília é a capital da Amazônia”

VINICIUS DORIA

Um edifício de fachadas e esquadrias em vidro, no fim da 13ª Norte, parece ser a consagração para uma das instituições mais importantes da capital. No entanto, o prédio não funciona a todo o vapor. A organização está prestes a ganhar projeção, por ser um dos protagonistas da Capital da Amazônia. Em Brasília, a OTC (Organização de Trabalho da Cooperação Amazônica) é uma sala de design futurista e grandes salas de reuniões de alta definição, especializadas em videoconferências, em tempo real, as condições meteorológicas, o nível das águas, locais de incêndio, desmatamentos, comércio de plantas e animais e até a saúde indígena nas maior floresta amazônica do planeta. É a resposta de reunião de cúpula de presidentes e desenvolvimento sustentável, emergência climática e desafios socioeconômicos da Amazônia. Segundo o diretor, a reunião em Belém deixará claro para as nações do planeta a capacidade da Amazônia em ser capaz de lidar com a crise climática e os impactos da mudança climática.



Todo esse esforço tem um grande objetivo: mostrar que os países amazônicos são capazes de cuidar da Amazônia, que são capazes de trabalhar em conjunto para o desenvolvimento da região”

O que é a OTC e por que é um organismo estratégico para a integração dos países que detêm parcelas da Floresta Amazônica?

Esta vai ser a quarta reunião dos presidentes dos Estados-garantes do Tratado de Cooperação Amazônica — a Capital da Amazônia. Toda a nossa trajetória aqui decorre do tratado, que foi um instrumento político e diplomático há mais de uma década de 1970, mais especificamente em 1974, quando o tratado foi assinado. No 2010, opera de forma intermitente, mas, desde 2019, não houve mais condições políticas de reunir os chefes de Estado, principalmente em função da falta de reconhecimento do governo de Nicolás Maduro, na Venezuela, pelo Grupo de Lima (acordo que não governos reconhecidos da América Latina para incluir o de Caracas), em que parte Brasil, Colômbia e França integram a OTC. Decidimos montar a operação no nível técnico, o que nos permitiu aprovar uma série de documentos por unanimidade, como os programas regionais de biodiversidade, de floresta, de mineração, de saúde indígena, de segurança pública, de educação e de ciência, inclusive a Venezuela.

A OTC vai ser o organismo gestor dessa integração internacional? Como vai a OTC dessa reunião?

A Capital vai reconhecer a importância da instituição responsável pela dimensão regional do desenvolvimento sustentável da Amazônia, em compasso com o que cada país faz nacionalmente. Tendo em conta que a Amazônia é uma coisa só, não adianta o que um país faz individualmente se não se cuidar do regional.

A OTC será, então, a ponte que conecta experiências e políticas públicas de cada país, para que possam ser replicadas e expandidas em outros? Nosso missão será trabalhar para garantir a sustentabilidade que existem entre os países da Região Amazônica por meio do fortalecimento das políticas públicas, usando como ferramenta a cooperação Sul-Sul, na qual o Brasil é um país com peso maior.

Por ter um peso maior, o Brasil também tem uma responsabilidade maior na preservação da Amazônia e no seu desenvolvimento sustentável?

O Brasil não tem fugido dessa responsabilidade. O Brasil é o maior fornecedor da cooperação Sul-Sul, por meio da Eletrobrás, do Inpe, do Ibama, da Embrapa e outros órgãos. Além de dar toda a essa cooperação de graça aos demais países por meio da OTC. O Brasil tem o compromisso e o sentido de necessidade estratégica de incluir 20% dos recursos do Fundo Amazônia para projetos regionais. Nenhuma país faz isso, que é pegar um fundo de US\$ 12 bilhões (cerca de R\$ 6 bilhões), e dizer que um quinto disso pode ser usado em outros países da região. Não há ninguém que faça isso, só quem tem visão estratégica.

O que a OTC prepara para substituir os presidentes, em Belém, nos dias 8 e 9 de agosto?

Na declaração conjunta dos chefes de Estado haverá um reconhecimento de todo esse esforço em matéria de projetos e programas. E sinalizando que serão ampliados.

Por exemplo?

Um deles recebeu do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) um dos maiores financiamentos de projetos ambientais do mundo, de 10 milhões. US\$ 15 milhões (cerca de R\$ 75 milhões) para mapeamento dos aquíferos na Amazônia. Tem a ser uma ideia, é o mapeamento e o trabalho do Instituto Geológico e Ambiental do Brasil. Há duas vezes e meia mais água no subsolo da floresta do que nos rios que a correm. E, inversamente, um dos maiores problemas que as populações da Amazônia enfrentam é o acesso à água de qualidade. O aquífero envolve o subsolo de todos os oito países.

Com relação às populações, o que está sendo feito?

Há projetos envolvendo povos indígenas isolados mapeamento

de recursos hídricos, da rede hidrológica, construção de comarcas das espécies em extinção; há um projeto importante na área de saneamento básico. Tudo isso está em Belém, com o presidente eleito e o ex-presidente da OTC, o embaixador Carlos Alfredo Lazary, em reunião com o presidente eleito do Brasil, Jair Bolsonaro.

Como vocês sobreviveram a esses tempos turbulentos, marcados por uma profunda divisão ideológica não só no Brasil, mas em vários países do subcontinente?

Todos os dias tínhamos que botar aqui um escudo blindado a OTC, da instrumentalização ideológica, política e partidária. Essa fase passou? A OTC mostrou que tem resiliência nesse aspecto, ao contrário de outras organizações, como a Brasil, que não resistiu. Outras organizações ficaram paradas. A nossa continua trabalhando, com a visão de operar abaixo da linha do horizonte. Não sabemos o que somos hoje sem o apoio do vice-presidente do governo (Bolsonaro). Hamilton Mourão do ex-estado-chamado Carlos Franco. Ele atendeu para ajudar a gente a não blindar das questões ideológicas.

Hove muita pressão política?

As vezes, recebíamos mensagens de alguém dizendo: “Tem que demitir Lazary, porque ele trabalhou com o governo”! Negativo. Eu respondi: “Vocês que demitir Lazary, vamos lutar os oito países e tirar um voto unânime”. Como ninguém nunca conseguiu. A gente foi tocando o trabalho. E a gente não tem ideia de que construímos tudo isso aqui em Brasília. Estamos chamando a IBM, centro de pesquisa, centros de dados públicos para mostrar. Isso é patrimônio do Brasil. Como disse que, por causa da OTC, Brasília é a capital da Amazônia em termos de conectividade, monitoramento em tempo real.

Como a OTC sobreviveu ao isolamento político do Brasil no cenário mundial nos últimos quatro anos, principalmente na agenda ambiental, por causa das posições ideológicas do então presidente Jair Bolsonaro?

Na parte de recursos hídricos, por exemplo, Suriname e Guiana não têm uma agência nacional de água. Estamos criando nesses países essa agência, usando como modelo a nossa. Ana e a ANA do Peru. Na Convenção Cites há monitoramento do comércio de animais e plantas em risco de extinção, construímos na Colômbia um centro de recepção de informações. Ainda na Guiana e no Suriname, estamos doando o serviço florestal deles com times para identificar espécies. No nosso projeto, o investimento foi de 1 milhão de euros por país. É um grande negócio fazer parte da OTC. Para cada dólar que os países tocam aqui como contribuição, o país que menos recebe tem de volta, no mínimo, US\$ 3,7.

A OTC tem acesso a tecnologia de ponta?

No caso dos aquíferos, estamos firmando aliança estratégica com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), porque vamos fazer o mapeamento isotópico (identificação de átomos) das águas que permitem o solo amazônico e de água no aquífero. Constatamos um instituto francês para fazer o mapeamento do mercúrio, nos repassando a tecnologia do DNA ambiental.

O senhor recebeu a visita de diretores do Fundo de Desenvolvimento da Bacia do Prata (FPD), Bolívia e Brasil, fazem parte dos dois grupos. O que os países pratinos buscam?

Para os países da bacia do Prata (Brasil, Bolívia, Argentina, Paraguai e Uruguai), todo o clima está sendo influenciado pela

Bacia Amazônica, assim como o regime de águas. É impossível dissociar essa vinculação geográfica. Esses rios vazantes que têm nos Andes e descerem em forma de chuva são a razão do regime de águas. O Panamá e a Bacia dependem desse regime.

Qual a diferença de trabalho da OTC em relação ao que fazem Inpe, Mapbiomas e outras instituições que coletam e processam dados desse tipo?

A gente, simplesmente, junta o que eles fazem e “amarramos”. Organizamos esse conhecimento voltado à Amazônia com uma grande variedade e o conhecimento do planeta que reúne conhecimento integral da Amazônia em tempo real.

No caso da Amazônia, o que os países menores têm a oferecer?

A cooperação Sul-Sul, que é o que está acontecendo na América peruana, na Colômbia, que tem dois institutos de ecobioética. Não sabemos também centros de ecobioética, que foram desmontados nos últimos anos (por causa da crise econômica e política), mas que podem ser recuperados. Mas a maior moeda é o mesmo do Brasil.

Aonde o tratado de cooperação pode levar os países amazônicos?

Tudo esse esforço tem um grande objetivo, que é mostrar ao mundo que os países amazônicos são capazes de trabalhar em conjunto para o desenvolvimento sustentável da região. Há água, em cada um por si. O que vai sair de Belém é a mensagem de que é melhor estar todo mundo junto do que separado. É o grande objetivo que o Brasil persegue desde 1972.

Essa união pode dar peso ao papel de liderança regional que Lula tenta resgatar?

Vejo como um grande movimento desencadeado pelo Brasil, pelo presidente, levar a Belém os oito líderes. Mas com o compromisso de, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro, todos mencionarem os

compromissos firmados em Belém, de incorporar ao que estão fazendo regionalmente o que já fazem nacionalmente. Isso vale para a ONU, a reunião do G20, a COP de Dubai. Com duas vantagens: dá as críticas entre os oito países e mostra que todos podem trabalhar em conjunto.

O mundo foi alertado pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, que está correto. O aquecimento global não é mais uma ameaça distante. Estamos “em ebulição”?

Não vou chegar a dizer que o planeta está igual ao filme do Oskar Wilde para Cino, em que as pessoas estão tão envolvidas com as brigas do dia a dia que não se atentam ao meteo que se a chocar com a Terra. Mas é um pouco do ethos fundamental do discurso do Guterres. Ele diz que enquanto ficamos aqui discutindo, o principal é a sobrevivência. Estamos ameaçados. Não, a OTC estamos focados a nossa parte, criando um sistema de autoconhecimento da Amazônia que não havia antes. Os países terão cada vez mais condições de operar conjuntamente na Amazônia de forma muito mais equilibrada e sustentável do que antes.

A OTC dialoga com outras organizações multilaterais e instituições que acepoam os mesmos problemas?

Somos parceiros, mas estamos ganhando respeito. A OTC já é vista como um interlocutor inescapável quando se trata de Amazônia.

Que futuro o senhor vê para a Amazônia?

Apresento a ser pragmático. Mas minha expectativa, que que sempre é, é ver que os países estão botando a Amazônia no rol de políticas de Estado. Uma expectativa mais modesta, mais realista, e garantir que todo o que a gente está fazendo aqui permaneça no tempo. Se a gente conseguir manter isso tudo, temos um instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.